



MANUAIS DIDÁTICOS: USOS E ATRIBUIÇÕES

Noemia Kinak

noemiakinak@uol.com.br

Valéria Aparecida Schena

valeriaschena@yahoo.com.br

(FAFIUV)

Resumo

Este estudo tem por base a catalogação realizada no Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso localizado no município de Porto União-SC e do Arquivo Municipal da Cidade de União da Vitória-Paraná. As relevantes pesquisas de fontes primárias e secundárias organizadas pelo NUCATHE (Núcleo de Catalogação da História da Educação do Vale do Iguaçu) da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, tendo como objetivo a investigação de livros didáticos, Relatórios Anuais de Grupos Escolares, Resultados de Exames, Fotografias e Atas Escolares que foram publicados até o final da década de 60, do século passado. Justifica-se esta pesquisa pelo fato de contribuir para compreender uma parte da história da educação paranaense e mais especificamente no Sul do Paraná, e da região norte catarinense no município de Porto União. Este trabalho hoje se encontra centralizado na catalogação e discussão das fontes primárias e secundárias. As fontes retratam as décadas de 1940 -1960, onde muitos foram os acontecimentos que marcaram de forma muito profunda a sociedade brasileira como por exemplo, a criação do COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático), na década de 1960, nas vésperas do Golpe Militar de 1964. Desta maneira, os documentos encontrados nas atividades de catalogação, demonstram com grande clareza, a relação entre política e educação, que tiveram grande força neste período histórico. Entender as fontes na perspectiva de patrimônio histórico-cultural implica inseri-las não só no contexto das políticas educacionais, como também, nas políticas de preservação da memória, um dos direitos culturais do cidadão (os quais sejam: o de acesso à cultura, o de produzir à cultura e o direito a memória). Neste sentido pode-se afirmar que estudar os livros didáticos se faz necessário para compreendermos os ranços e avanços desta trajetória, partindo da perspectiva de fontes históricas para assim realizarmos um contraponto entre cultura histórica do passado e averiguarmos sua importância na história presente.

Palavras-chave: História da Educação. Livro Didático. Materiais didáticos.

1. Introdução

O parecer histórico do livro didático é amplo, e contextualizou-se em várias etapas e momentos significativos na trajetória política e econômica na história do Brasil.

Deste modo podemos enfatizar que:

O controle da instituição patrocinadora da educação sobre o livro didático sempre fez parte da história desse objeto cultural, seja no ensino religioso, leigo, público, ou privado. Daí a necessidade da frequente composição entre os que estão na ponta da produção (autores e editores) e os agentes encarregados da aprovação dos livros para uso dos seus consumidores finais, os alunos. No Brasil, registrava-se que essa função reguladora foi exercida, ora mais frouxa, ora mais cerrada, pela Companhia de Jesus, pela metrópole portuguesa e pelos governos nacionais (central, províncias, e estaduais). No Império nota-se que a produção regional de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

livros escolares, embora numericamente mais modesta que da corte, sempre teve importância na hora das adoções e validações oficiais em várias províncias brasileiras, pois o processo de autorização era local. (RAZZINI apud STEPHANOU, 2005, p.106-107).

Evidencia-se que no final do século XIX os livros e manuais didáticos, eram feitos quase de forma artesanal como afirma (Gatti, 2005, p.365) para no decorrer da história, e especificamente iniciar no século XX passando a ser produzidos em grande escala num processo industrial.

Os governos estaduais concordavam com o uso dos livros didáticos nas escolas públicas conforme descreve RAZZINI (apud STEPHANOU, 2005), pois entendiam a necessidade de igualar o ensino, os programas e currículos, porém só poderiam usar esses livros didáticos que foram previamente aprovados em conselho de instrução pública. Contudo existe uma diferença entre os livros adotados pelo governo e os adquiridos através de compras, para alunos carentes.

Como afirma a autora Razzini (apud Stephanou, 2005), o livro didático acompanhou o processo de industrialização das sociedades, e o crescimento do movimento burguês.

A esse respeito podemos citar que,

Articulam-se com a expansão do público leitor, a partir do século XVIII, e com o aumento da demanda de leitura e escrita no século XIX, em consequência da própria industrialização e do desenvolvimento do comércio, além da expansão dos meios de comunicação e dos avanços tecnológicos na produção de material impresso. (WATT, 1990; LYONS, 2002, HÉBRARD, 1999, apud STEPHANOU, 2005).

Segundo Carbone (2003) (apud Stephanou, 2005) houve um aumento na produção de material escolar, especificamente do livro didático, que se articula com o aumento da procura da educação pública, onde o livro vira um meio para que o sistema estrutural se articule fisicamente e culturalmente. Já na metade do século XIX a um aumento expressivo no número de editoras privadas, porém ainda muitos livros são importados da Europa. Contudo o auge na produção dos livros didáticos no Brasil acontece na virada do século XX.

2. O livro didático no contexto de produção

Cabe ressaltar que por muito tempo, o mercado de material escolar foi bem desenvolvido, como os que se dirigiam as séries iniciais do curso primário, acontece então o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aumento crescente das cartilhas, livros de leitura, cadernos de caligrafia e de linguagem aponta Razzini (2005).

Pode-se esclarecer a esse respeito com base em Souza (2010) que à compreensão histórica do livro didático, e a reflexão constante nos mostra que a economia e a vulgarização, o tornaram uma mercadoria.

Visto o manual didático como mercadoria contributiva ao processo de acumulação do capital monopólico, fica mais fácil deduzir a natureza da linguagem e do conteúdo por ele vinculados, que assumem a feição necessária para sua inserção e aceitação no interior da escola. A preocupação do mercado livreiro não é transmitir conhecimento, mas tornar sua mercadoria palatável a consumidores que julga menos exigente. (SOUZA, 2010, p 129).

Ainda sob o olhar de Souza (2010) tentaram ficar mais perto da população escolar de baixa renda, usando textos do mesmo padrão, partindo do pressuposto que era preciso partir da realidade do aluno, ou seja, ao invés de levar o conhecimento universal por meio de obras grandiosas fez o caminho contrário. E o manual didático ou livro didático se torna um material de exclusão social, onde os jovens da periferia seriam tratados com crueldade e desrespeito. Havia falta de lógica na seleção de textos. Os mesmos não iriam além de uma página, e o aluno não conseguia desenvolver sua capacidade de leitura com grande excesso imagens, cartuns, tiras, fotos, tabelas, quadros, desenhos e anúncios.

De acordo com esta questão Razzini (apud Stephanou, 2005) os livros didáticos do período inicial da escolarização, com base no método intuitivo no início do século XX, apresentavam mais imagens, porque privilegiava a aprendizagem através das figuras, e esta tem tanta importância quanto o texto, além de ampliar o mercado de trabalho para artistas.

No regime de instrução intuitivo aconteceu o crescimento da escola pública, e a expansão da produção para toda nação dos livros didáticos. Neste mesmo período como coloca a autora RAZZINI (apud Stephanou, 2005) foi fundado nos estados a (Editora Melhoramentos, e Companhia Editora Nacional) no ano de 1925.

Saviani (2008) descreve que o intelectual Lourenço Filho, usou a Editora Melhoramentos, onde organizou em 1926 a Biblioteca de Educação, primeira coleção de divulgação de textos pedagógicos do país e Fernando de Azevedo organizou usando a Companhia Editora Nacional,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

onde cria-se em 1931 a Biblioteca Pedagógica Brasileira, com cinco coleções, com grande destaque a Coleção Brasileira.

Segundo Cassiano (2007) com exceção da Companhia Editora Nacional, as demais editoras têm o seu grande salto quantitativo de vendas de livros didáticos, em razão das mudanças e reformas na educação brasileira, que se iniciou com a Lei de Diretrizes e Bases do ano de 1961, que ao mesmo tempo a um aumento na escola pública e das negociatas didáticas.

Desta forma podemos observar os apontamentos feitos pela pesquisadora Razzini (2003) onde evidencia que os livros e as cartilhas faziam os alunos ler, escrever, decorar, recitar, temas e conteúdos patrióticos, que ressaltassem os números em relação à modernidade e o progresso.

Neste sentido Gatti (2005) afirma que o setor editorial didático, não se importando com qual governo estava no poder, foram marcados pelos interesses do Estado, em um país onde havia problemas e dificuldades, em toda esfera educacional, onde a distribuição dos livros didáticos era de natureza favorável, pois favorecia editoras, mantinha-se o espaço na imprensa, isto ajudava nas operações e negócios e ainda promovendo o nome de alguns políticos.

A este respeito:

Os editores, nesse modo, precisavam que seus livros fossem bem aceitos no mercado escolar para que sua atividade editorial pudesse ter continuidade. Nesse sentido, era comum que no final da década de 1990 a adaptação dos livros didáticos, em uma velocidade surpreendente, as modas didáticas e às mudanças curriculares estabelecidos pelos setores públicos afetos a área educacional. (GATTI, 2005, p.367).

A partir deste apontamento Munakata (2009) revela que a crescente perda da dignidade dos professores brasileiros, vem contrabalanceando aos enormes e absurdos lucros que as editoras de livros didáticos ganham no Brasil, em transações gigantescas e negociatas puramente políticas.

Ainda para o referido autor:

Para ele, o livro didático associa-se diretamente com o período militar e seu projeto educacional: Ainda que as cartilhas, os manuais de ensino e suas coletâneas de textos tivessem presença na escola brasileira desde o início do século 19, é na segunda metade da década de 1960, depois da Revolução de 1964 e com assinatura do acordo MEC-USAID, em 1966, que os livros didáticos vão ganhando o estatuto de imprescindíveis e, por isso mesmo, vão sendo editados maciçamente a, fim de responder a uma demanda altamente previsível, a um





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

mercado rendoso, lucrativo e certo. (SILVA, 1988, p.44 apud MUNAKATA, 2009, p.89).

Com base nos estudos de Vidziunas (2009) afirma que no Regime Militar, a concentração de poder no imperialismo e na burguesia nacional. E como a ideia era domínio da sociedade brasileira, a melhor maneira encontrada foi através dos livros didáticos, onde se repassaria a ideia de patriotismo e nacionalismo. Passava-se nos livros o slogan “Brasil um país do futuro” ou “Futura Potência”. Na criação desses materiais os autores tapavam os olhos para a realidade do país, muitas vezes por medo das terríveis consequências, pois a ideia era “Brasil ame-o ou deixe-o”, e se revoltar contra esse sistema era se opuser ao desenvolvimento do país, contra seu futuro promissor em cenário mundial. Muitos foram os casos de prisões, torturas e mortes que até hoje não são explicadas, corpos que ainda não foram encontrados e os presos políticos daquela época que ainda são observados na real atualidade.

Neste sentido cabe ressaltar-se que:

A ditadura militar, ao mesmo tempo em que introduzia a “pedagogia tecnicista,” impôs mediante compreensão salarial, o “solapamento contínuo” e crescente da dignidade profissional dos professores”, transformando-os em dadeiros de aulas, sem muito tempo para atualizar-se, por isso mesmo, lançando mão dos livros e manuais que lhe chegavam prontamente” o que teria contribuído para a elevação dos lucros das editoras. Para esses professores assim desqualificados, “cofos por formação e /ou mutilados pelo ingrato dia-a-dia do magistério” o livro didático tornou-se “bengala, muleta, lente para miopia ou escora que não deixa a casa cair. (MUNAKATA, 2009 p.89).

A esse respeito Dionísio (2009) aduz que na relação com o livro didático o professor deve sempre estar em uma escala diferente ou seja, se manter superior a ele tanto em conhecimento como em habilidade e desempenho metodológico. Como afirma Muraro, “em Memórias de uma mulher impossível” a prática é soberana na medida em que o conhecimento se constrói no exercício da prática. Tendo os manuais didáticos como objetivo ser um instrumento que auxilie o professor a desenvolver seu trabalho na relação ensino-aprendizagem.

A este respeito Cassiano (2007) afirma que os livros são instrumentos com um grande poder, porque se destinam aos espíritos jovens, ainda manipuláveis e provavelmente pouco crítico. Os livros assumem um papel de repasse de leis, portanto palavra mais forte, que a do





professor, pois se configuram como uma arma para convergir os jovens e impor uma ideologia política capitalista.

2.1 Implantação da COLTED

Como afirma Krafzik (2006) na década de 1960 é criado o COLTED (Comissão do Livro técnico e do Livro Didático), que tinha como finalidade desenvolver atividades relacionadas ao melhor desempenho e uso dos livros e ativar o ritmo do desenvolvimento social do país. Também era função desta comissão, fornecer livros e materiais didáticos e fazer treinamentos com os professores. Eram destinados textos informativos para professores, onde explanavam temas como: “Os Brasileiros devem ler mais”. Pois as taxas de analfabetismo eram assustadoras e a desmotivação dos alunos enorme.

Alguns objetivos específicos são elaborados com a implantação da COLTED, assim a já mencionada autora descreve:

Promover, por contrato comercial com as editoras, em decorrência da maior e imediata demanda desses livros, e tendo em vista os termos do Decreto nº 59 355, substancial aumento no número de livros disponíveis nos níveis de ensino primário, médio e superior e sua distribuição oportuna e econômica, através da rede comercial. Aperfeiçoar as técnicas da indústria editorial e gráfica e os sistemas usuais de distribuição de livros. Estimular os autores e ilustradores brasileiros de livros técnicos e didáticos. Difundir entre os três níveis de ensino os meios de aperfeiçoar técnicas didáticas, pelo melhor uso dos livros e dos materiais didáticos e científicos. Facilitar a distribuição e utilização de livros pela criação de bibliotecas escolares e pelo suprimento às já existentes, de um número adequado de livros selecionados pela COLTED. Promover a edição de livros didáticos nas matérias em que não haja publicações em Português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino. (KRAFZIK, 2006 p.63).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

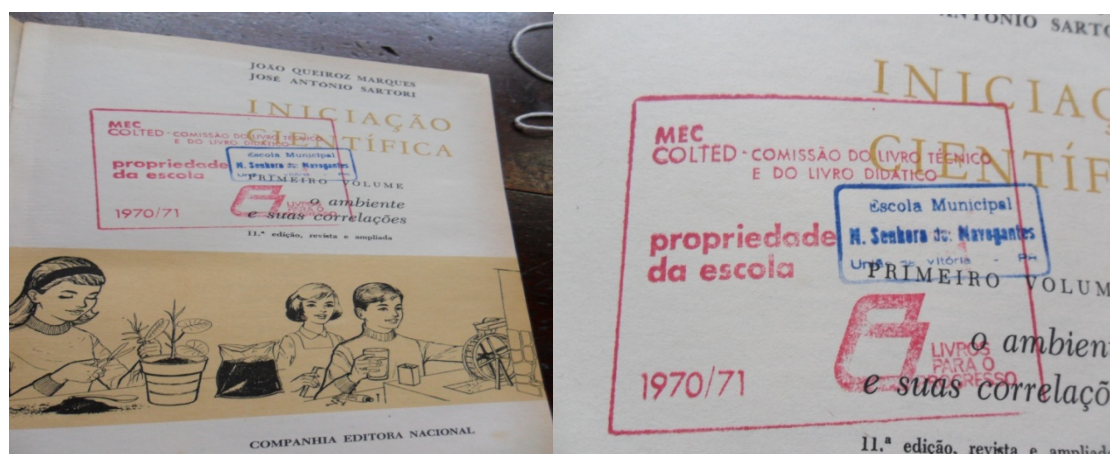


Figura 1: Carimbo do COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático).

Fonte: Arquivo Municipal da Cidade de União da Vitória – Paraná.

Neste sentido Souza (2010) entende que a falta de interesses dos alunos pelos conteúdos e propostas é evidente, pois, são sempre os mesmos conhecimentos, este instrumento (você fala do presente ou da década de 60) que descrevo é o livro didático adotado em escolas, de toda nação brasileira sobre consentimento do (MEC). Um suporte que continua a impor ordens a alunos e professores sempre com o olho no lucro.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) demonstrava dados numéricos, onde pode se observar o excessivo lucro que as editoras levavam nas megaoperações realizadas entre o MEC e as empresas. Não há preocupação em transmitir conhecimento, mas sim fazer uma mercadoria fraca para os consumidores, que são julgados como menos exigentes.

Conforme aponta Munakata (2009) nas incursões sobre o seu recorte histórico, que só conhece o período do regime militar, mostra com clareza o fato público de que o grande boom dos livros didáticos (e, portanto, da lucratividade das editoras) acontece com a redemocratização, e com a criação no ano de 1985 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por meio do qual o Governo Federal chegou a comprar até o ano de 1999, a quantia de aproximadamente 110 milhões de livros didáticos. Pode-se a partir desses dados observar, o montante que as editoras lucraram e o quanto o governo gastou neste período.

A desintegração da sociedade e da escola revela-se nitidamente nos manuais didáticos atuais, quando comparados aos de diferentes épocas. Gradativamente, porém, o manual vai sofrendo um processo de vulgarização avassalador. E sabemos que os alunos que frequentam a escola pública são, em sua maioria,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

oriundos dos estratos sociais menos favorecidos economicamente. (SOUZA, 2010, p.130).

Neste sentido, para Souza:

Acredita-se que esse espírito nacionalista veiculado pelas ditas antologias que educaram gerações de brasileiros pode ser um componente importante para a total alienação da população dos determinantes sociais mais amplos cuja dialética rege a vida e a marcha da história. Não se pretende com essa posição discutir a veiculação de uma ideologia por meio do livro didático, pura e simplesmente, mas apenas levantar a questão da nacionalidade como dos possíveis componentes do manual didático que podem estar na origem da incapacidade de uma leitura de totalizantes, de milhões de brasileiros. Quando digo leitura totalizante, quero dizer não só a dos livros, mas a leitura do mundo, para além da “pátria”. Os alunos, por gerações, vêm repetindo o discurso das revistas em quadrinhos, das novelas do rádio e, por último, de toda a mídia contemporânea, ao modo romântico ditado pelo nacionalismo oitocentista, como verdades absolutas, sem contradições. E o manual didático não faz o contraponto. (SOUZA, 2010, p.134).

Podemos ressaltar a partir da questão acima mencionada que era preciso criar no povo brasileiro o amor a pátria. E a dominação governamental da população. Para com isto governar sem críticas e controle absoluto do Estado, sobre mídias, política, artes e qualquer forma de expressão pública da sociedade brasileira.

2.2 Eliminações e aprovações na escola primária

Razzini (2005) coloca que a evasão escolar e a grande mobilidade de matrículas e eliminações durante os anos são questões de relevante importância, pois era através desses dados que se investia na produção e consumo dos livros didáticos, e com a severa queda no número de matrículas, ocorria uma baixa na aquisição de livros didáticos e por consequência o lucro das editoras também diminuía.

A partir deste relevante dado sobre a evasão escolar, é relevante buscarmos mais esclarecimentos nas obras de VIDAL (2009) que afirma que a escola foi criada especificamente para servir ao repasse e manutenção dos padrões específicos da sociedade, porém ela não ajudava com o suporte necessário nas escolas brasileiras de todo o País deixando muito a desejar em relação à falta de vagas, escolas muito isoladas, ocorrendo com muita frequência às evasões





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

escolares. A escola primária dos anos de 1960 e 1970 investiu na ampliação do número de vagas, e projetos que ajudassem a diminuir a evasão. Ainda a referida autora coloca que com o surgimento dos Grupos escolares houve um aumento no número de vagas, além do aumento no número de docentes que eram melhor controlados pelo diretores e inspetores de ensino desta referida época.

Evidencia-se que durante os primeiros anos de escolaridade neste período devia-se atender para a preocupação crescente da eficiência do ensino primário, e consequentemente reprodução dos modelos de sociedade já instaurados como o amor a pátria, e constante amostra da nacionalidade que desde os primeiros momentos eram inseridos aos alunos da escola primária. Percebe-se neste momento, o real poder dos materiais didáticos, que ao mesmo tempo ajudavam os professores, que disponibilizavam de poucos recursos, passando discursos prontos e acabados e instaurando modelos que a sociedade brasileira queria agregar aos alunos. Repassando os conceitos e a história que a elite preconizava.

Com base nas questões descritas anteriormente, cabe ressaltar através dos dados referentes a matrícula e eliminações e evasão escolar (Figura 2), a importância do conhecimento das práticas escolares. No trabalho de catalogação de fontes primárias e secundárias realizado no Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso antigo (Grupo Escolar) localizado no município de Porto União – Santa Catarina, encontrou-se inúmeros Relatórios Anuais entregues para os Delegados de Ensino da década de 1940- 1960, pode-se perceber no discurso presente, que geralmente eram construídos em formas de gráficos e tabelas, podendo assim realizar um levantamentos dessas informações sendo possível saber exatamente a quantidade de que livros seriam adquiridos no próximo ano letivo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5



Figura 2: Amostra dos Gráficos de Matrículas e Frequência Escolar, presentes no Relatórios Anuais de Ensino 1943-1945.

(Fonte: Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso).

Com relação a essas informações Veiga (2007) descreve que os grupos escolares marcaram com grande força a esfera das cidades, ora pela arquitetura dos seus edifícios, ou pela forte presença das características militares, como os desfiles em marcha e festas de cunho cívico. Os grupos escolares foram construídos para atender a demanda da população, onde muitas vezes só contavam com as escolas multisseriadas. No entanto como o número de vagas ainda era insuficiente, eram realizados exames anuais (figura 3), que também são demonstrados como exemplo a este período, nas catalogações de fontes primárias e secundárias do Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso.

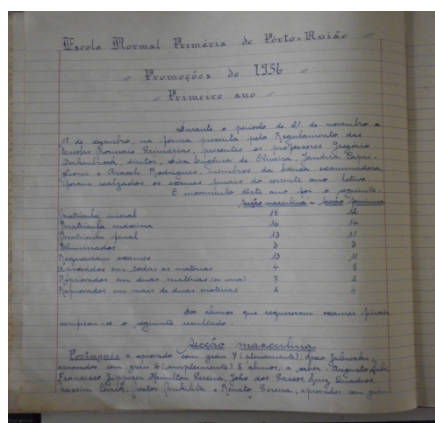


Figura 3: Resultado de exames presente em atas do ano de 1936

(Fonte: Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Veiga (2007) afirma que com advento da Escola Nova, que estava tentando se instalar, nas instituições de educação com o objetivo de mudanças que ao mesmo tempo instruísem, educassem os alunos e futuros cidadãos e assim consequentemente sujeitos que seriam inseridos numa sociedade. Houve a criação projetos, ou seja, habilidades e conhecimentos eram trabalhados pelos Clubes de Leitura, museus, etc. Também na catalogação de fontes primárias e secundárias, realizadas no Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso observa-se como exemplo essas atividades.

Conforme esses dados:

Dewey considera ainda que a educação interage de forma direta com os movimentos sociais, cabendo à escola formar as novas gerações conforme as demandas produtivas e políticas de caráter democrático. Ele concebe o espaço escolar como uma “comunidade em miniatura” que deveria favorecer vivências produtivas em laboratórios, oficinas e cozinhas, por exemplo, além de estimular jogos. (VEIGA, 2007, p.228).

Ainda para o citado autor ao se constatar as exigências de uma educação capaz de socializar os indivíduos para o importante papel de mão de obra para o trabalho e indústria. Dever-se-ia dar importância para a nova racionalidade pedagógica que se aspira por um retorno efetivo para a sociedade capitalista que estava tentando se expandir ao máximo de suas potencialidades. Neste mesmo sentido, de mudança do cenário escolar brasileiro, em relação aos materiais didáticos pedagógicos e processo de transmissão do conhecimento, que surgiram para atender a velocidade da mudança industrial onde se procurava a obtenção de resultados significativos.

Fica evidente que o único objetivo que a instituição educadora privilegiava era construir pessoas para atuar na sociedade, pessoas que entendessem o seu papel construtor, no futuro do país, mão de obra, que obtivessem o conhecimento técnico para atuar em um mercado de trabalho, entendendo que deveriam amar seu país e respeitar as decisões impostas pela elite dominadora. Eis o papel principal da escola, como agente de imposição dos anseios do governo.

Ainda conforme Souza (2010, p.143) observa-se a importância de fazer pesquisas sobre a história do manual didático, para que haja a sua superação e separação aos conceitos ainda relacionados, com a força capitalista que esta impregnada nas escolas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Assim pode-se perceber a necessidade da pesquisa em âmbitos escolares de cada região do país, e conforme análise:

“Educação e Memória: Organização de Acervos de Livros Didáticos”, junto ao qual desenvolve pesquisa sobre políticas públicas e legislação referente ao livro didático no Brasil. Trata-se de um esforço para compreender esse momento ímpar na política pública referente aos livros didáticos no Brasil, quando o governo buscou produzir ele próprio, os livros didáticos.(MUNAKATA, 1999,2004,p. 515).

Neste mesmo sentido podemos evidenciar o projeto NUCATHE realiza pesquisa em instituições escolares, que iniciaram sua história no século passado. Através desses levantamentos de dados, recuperados com o uso fotografias, resumos e organização, busca-se esclarecimentos acerca da História da Educação, na região Sul do Paraná. Especificamente em relação aos materiais didáticos pedagógicos, sua influência na educação e na construção da sociedade.

3. Grupo escolar professor Balduino Cardoso

De acordo com o Governo Estadual de Santa Catarina, o Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso, atualmente denominado Escola de Educação Básica Professor Balduino Cardoso, foi fundado junto com o município de Porto União no ano de 1917, primeiramente com o nome “Escolas Reunidas Professor Balduino Antônio da Silva Cardoso”. Esta instituição foi inaugurada no dia 28 de setembro de 1918. Com o aumento da população houve a demanda por novas matrículas, então constrói-se um novo prédio, aonde permanece até os dias de hoje. No ano de 1927 passou a chamar-se Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, sendo oferecidas vagas para as cidades gêmeas de União da Vitória e Porto União. Em 1986 tem a criação do Curso Magistério, formação em séries iniciais, em 1994 oferece o curso supletivo, que no ano de 2000 passou a denominar-se “Educação de Jovens e Adultos. Porém em 2000 o Governo Estadual, com base na L.D.B (Lei de Diretrizes e Bases)nº 9394/96 muda o nome de todas as escolas e passa a chamar-se Escola de Educação Básica Professor Balduino Cardoso.





4. Considerações finais

A história dos manuais didáticos passou por vários momentos significativos na História do Brasil, desde o início do seu uso e processo de construção e implantação nas esferas educacionais, observa-se a grande influência política sobre esses materiais e sobre a educação nacional. Desta maneira percebe-se com grande clareza que na década de 1960, época do Regime Militar, esses materiais didáticos serviam, ao governo, pois este usava dos materiais para implantar sua ideologia dominadora, e como os professores não tinham a devida formação, repassam os conteúdos impregnados nesses livros.

Em forma disfarçada a sociedade ia se moldando aos interesses de dominação do Estado. Nas pesquisas de catalogação na Região de União da Vitória e Porto União, esses ambientes que preservam a história do passado. Evidencia-se como exemplos, nos Relatórios Anuais de Ensino e Atas de Exames Escolares, como eram organizados as informações que seriam repassadas aos Delegados de Ensino. E com essas valiosas informações, se construía os dados para compra de manuais, e ajudavam nos negócios obscuros entre editoras de Livros Didáticos e Estado Nacional, que compreendia que a aquisição desta mercadoria servia para progresso do País.” Livros Para o Progresso”, estas palavras eram transformadas em carimbo, e todo livro adquirido recebia este carimbo juntamente com o carimbo da COLTED. O COLTED foi extinto na década de 1970, sendo implantado após sua extinção, vários outros programas, que continuaram sua mesma linha de trabalho.

Realizar pesquisa em história da educação implica em explicações, de como era a sociedade as mudanças ocorridas no decorrer da história, e quais são os resquícios que ainda hoje predominam neste presente momento.

Compreender o significado dos manuais didáticos, e documentos escolares, nos permite visualizar as características da escola primária, além de identificar como as práticas eram ressignificadas no contexto escolar.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Referências

CASSIANO, F.C.C. **O Mercado do Livro Didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1995-2007)**. 2007, 252F. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

CURY, R. J. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.). **História e Memória na Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 3v. p. 19-29.

DIONÍSIO, P.A. **Livros Didáticos de Português formam Professores?** Universidade Federal de Pernambuco (Simpósio Sobre O Livro Didático e a Formação de Professores). 2009.

GATTI, D. **Estado e Editoras Privadas no Brasil: O Papel e o Perfil dos Editores de Livros Didáticos (1970-1990)**. CAD.CEDES, Campinas vol.25, nº67, p. 365-377, set./dez.2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

HISTÓRICO do Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso. Disponível em <http: [www.Governo Estadual de Santa Catarina/ Secretaria do Estado da Educação.com.br/.php](http://www.GovernoEstadualdeSantaCatarina/Secretaria.doEstado.daEducação.com.br/.php)>. Acesso em: 30 mar.2012.

KRAFZIK, A.L.M^o. **Acordo MEC/USAID.A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971)** 2006, 151F. Dissertação Mestrado Universidade do Rio de Janeiro, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social - Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MUNAKATA, K. **Dois Manuais de História para Professores: Histórias de sua Produção**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p.513-529, set./dez.2004.

MUNAKATA, K. **Livro Didático e Formação do Professor são Incompatíveis?** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Simpósio Sobre O Livro Didático e a Formação de Professores). 2009.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2ed. Ver. e ampl. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D; LOMBARDI, J. C. (ORG) **A organização do trabalho didático na história da educação**. Campinas; São Paulo: Autores associados: HISTEDBR, 2010 – SOUZA, A .A Manuais didáticos: Formas históricas e alternativas de superação.p.121-144.

TACHIZAWA, T; MENDES, G. **Como Fazer Monografia na Prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VEIGA, G.C. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, G.C.; LOPES, T.M.E.(orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 4ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Autores Associados: VIDAL, G.D. Escola Nova e Processo Educativo. (p.497-517).

VIDAL, G.D **No Interior da Sala de Aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares**. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009.

VIDZIUNAS, F.H. **A Geopolítica nos Livros Didáticos no Regime Militar 1964-1985**. Disponível em (<http://www.geolivre.blogspot.com.br/.php>). Acesso em 26 de mar de 2012.

